

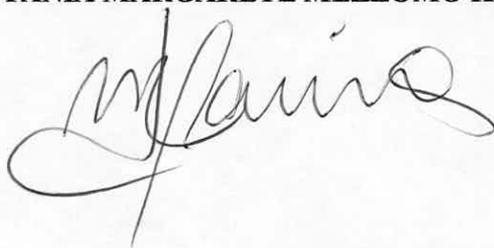
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

bolsista de iniciação científica:
JOANA REISS FERNANDES

**A SOCIEDADE CIVIL E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO
PÚBLICO**

Orientadora:

TANIA MARGARETE MEZZOMO KEINERT



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

*Trabalho bem
feito*

bolsista de iniciação científica:
JOANA REISS FERNANDES

**A SOCIEDADE CIVIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA
A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO PÚBLICO**

Orientadora:
Tania Margarete Mezzomo Keinert

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>3</u>
<u>DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL</u>	<u>5</u>
▪ HISTÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL	5
▪ UM NOVO CONCEITO DE PÚBLICO	10
▪ INTERESSES COLETIVOS E DIFUSOS	12
<u>DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO</u>	<u>15</u>
▪ ESTADO E ONGs - PROAONG	15
▪ CLASSIFICAÇÃO DAS ONGs PAULISTAS	19
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>25</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>26</u>
<u>ANEXO I</u>	<u>27</u>
<u>ANEXO II</u>	<u>29</u>
<u>ANEXO III</u>	<u>SEPARATA</u>
<u>ANEXO IV</u>	<u>SEPARATA</u>

INTRODUÇÃO

Movimentos Sociais são formas de mobilização coletivas capazes de reinventar a sociedade e a vida política, definem seu próprio ator, seu adversário e o campo onde a disputa do conflito se desenrola, querem obter a aceitação de suas idéias e identidade enquanto grupo social diferenciado, pensam em outra maneira de organizar a sociedade Exemplos disso são os movimentos estudantil, sindicalista, de minorias étnicas, de libertação de costumes. Dentre os movimento sociais atuais, o ambientalismo é um dos menos estudados, a despeito da sua importância na sociedade e de seu desenvolvimento singular.

Por haver muitos movimentos sociais, escolhi o Movimento Ambientalista por este ter se desenvolvido de maneira interessante; não tem campo nem adversário, só se define como ator, e continua um articulador de mudanças. Além disso, junto com o novo conceito de público, tem surgido novos direitos, onde se encontra o direito ambiental.

Isso caracteriza um ponto marcante na sua história, pois ao mesmo tempo que tem se tornado mais presente nos veículos de comunicação e na opinião pública, o Movimento Ambientalista precisa conseguir se engendrar de maneira mais enérgica, não apenas como uma loucura de um grupo, mas como instrumento de orientação social da comunidade, acompanhando assim o novo conceito de público, onde há um maior desenvolvimento dos direitos à res-pública, onde se encontra o direito ao patrimônio ambiental.

Verifiquei ao iniciar a pesquisa, que não seria possível estudar todas formas de organização da sociedade civil que contribuem para um novo conceito de público. Sendo assim, junto com minha orientadora, decidi focalizar um pouco mais a proposta estabelecida.

Resolvemos que a pesquisa se deteria ao Movimento Ambientalista, por esse se relacionar com a emergência dos direitos coletivos e difusos e portanto com o novo conceito de público. A formulação do problema da pesquisa, sua justificativa, metodologia e objetivos continuam os mesmos.

*redação
freixo*

50157
8/12/2004

Também descobri ao começar a pesquisar, que uma parte da minha pesquisa já havia sido feita. Fui na Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, onde funciona o Projeto PROAONG, Programa Estadual de apoio às ONGs. Ao conversar com o coordenador do projeto, Enrique Svirsky, descobri dentre as publicações deles já existia uma listagem das ONGs Ambientalistas de São Paulo. Sendo assim, irei fornecer neste relatório os dados da Secretaria do Meio Ambiente referentes as ONGs.

Uma segunda parte da pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas com pessoas relacionadas a entidades Ambientalistas, visitas a entidades Ambientalistas, incluindo a participação em um encontro de um grupo de entidades Ambientalistas reunidos para discutir sua representatividade, além de pesquisa na Internet e bibliográfica. Essa parte foi muito importante pois tive um contato mais prático com a história do movimento Ambientalista e sua atual conjuntura.

DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL

▪ **História do Movimento Ambientalista no Brasil**

É muito importante para a compreensão da atual e eventualmente futura configuração do movimento Ambientalista conhecer sua história e sua importância como movimento social. Esse quadro foi traçado em cima de uma série de leituras e entrevistas realizadas nos últimos 10 meses como **Ambientalismo no Brasil: passado presente e futuro**, E. SVIRSKY e J. P. CAPOBIANCO, J. A. PÁDUA (Org.), relato do seminário **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL** realizado em Brasília em 1995 e entrevista com **Enrique Svirsky**, Coordenador do Programa Estadual de Apoio às ONGs – PROAONG em maio de 2000.

Em sua origem, a partir de 1820, o Ambientalismo teve como característica inaugural um viés político. Em outros países como os Estados Unidos, na mesma época foi desenvolvido um ambientalismo de caráter ético-estético, que se preocupava com o estabelecimento de uma nova relação correta com a natureza através da cultura.

Em cima desse e de outros fatos, o historiador Richard Grose da Universidade de Cambridge conseguiu desmistificar algumas asserções acerca do Ambientalismo Brasileiro. Ele verificou que o Ambientalismo surgiu em países que foram colônias de exploração massiva e predatória, surgiu na periferia e depois transferiu-se para o centro. Logo não nasceu em centros de desenvolvimento capitalista mundiais. Ele verificou que o Ambientalismo não é uma questão exógena a nossa identidade, não foi importado dos países ditos de 1º mundo, ele está nas raízes brasileiras desde sua formação.

No Brasil o Ambientalismo se desenvolveu com essa característica política graças a exploração colonial. Esse sistema produtivo teve sua eficácia questionada por certos grupos. Havia grupos que questionavam os rumos que a exploração colonial colocaria ao país, já consideravam a herança colonial destrutiva e insustentável dando assim um viés político aos primórdios do Ambientalismo no Brasil .

O período entre 1920 e 1970 marcou muito o Ambientalismo no Brasil, ora de maneira positiva e ora de maneira negativa. Isso pode ser de melhor maneira explicado se levarmos em conta o estudo do historiador americano Roderick Nash. Ele estabelece dois pontos para o desenvolvimento do Ambientalismo. Em primeiro lugar ele relaciona uma maior preocupação em preservar o patrimônio ambiental com uma percepção da escassez de paisagens naturais ou recursos, tanto no sentido estético quanto no sentido economicista. Porém essa percepção pode ser distorcida pelo estabelecimento de novas fronteiras, um novo local para exploração de recursos naturais. Em cima desse primeiro princípio Nash cria um segundo, no qual ele afirma que o Ambientalismo se desenvolve mais vigorosamente em áreas já devastadas há mais tempo, que já saíram em busca de novas fronteiras de exploração.

O Ambientalismo brasileiro de 1920 a 1970 se enquadra nesses princípios. Nesse período o movimento teve enorme tendência urbana, no qual se constituíram associações que buscavam pressionar o governo a conter a destruição do meio ambiente e a realizar uma utilização racional dos recursos naturais. Nesse período o governo contribuiu muito para a construção da consciência ambiental. Foram assinados diversos tratados de proteção a animais, criaram-se os primeiros parques nacionais como o de Itatiaia entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, elaboraram-se diversos códigos ambientais, como o de Águas e Minas que dissociou os recursos naturais do país das forças livres de mercado e o Código Florestal Brasileiro, que tentou inibir a propriedade privada sobre a flora.

Como se pode ver, esse foi um período muito importante à gestão de recursos ambientais no país mas, tamanha produção de instituições e leis acabou provocando um refluxo do movimento social segundo o pesquisador Warren Pear. Isso aconteceu pois o Estado passou a antecipar as reivindicações da sociedade civil. Paralelamente a isso foi implantado o Estado Novo e posteriormente o regime militar, que desestabilizaram a consciência democrática no país, enfraquecendo a cidadania, não permitindo o reconhecimento das pessoas como cidadãos. Assim os direitos não funcionam como referências normativas a identidades grupais e a sociedade não se afirma como tal. Juntando esses fatores, positivos

e negativos, promoveu-se um enfraquecimento do Ambientalismo enquanto sociedade civil organizada, como formulador de políticas públicas.

A partir dos anos 70 toda a sociedade começou a passar, e ainda está passando, por uma série de mudanças significativas, há um enfraquecimento do regime militar, dando mais espaço para o exercício da cidadania ao mesmo tempo que acontece a Conferência de Estocolmo onde o Brasil torna explícita sua vontade de valorizar o desenvolvimento econômico, seguindo o modelo vigente na época, onde o desenvolvimento de um país era medido por seu desenvolvimento econômico, e esse era buscado através de um modelo liberal clássico, nem sempre o apropriado para países em desenvolvimento.

Assim com o surgimento de um maior espaço democrático e esse descaso do governo com a questão ambiental o Ambientalismo começa a se esboçar como Movimento Social, com atores com uma identidade de mudança, de repensar a organização da sociedade. Assim começa a se configurar um Movimento Ambientalista, articulador de segmentos sociais para a construção de um novo espaço público, onde há maior proteção da res-pública mesmo que estigmatizados como uma loucura folclórica.

Porém, no início desse período o movimento ainda se manteve à margem da sociedade. Era um período de transição, onde o movimento precisava recuperar a consciência democrática que o período anterior suprimiu. Sendo assim no início dos anos 80 pudemos observar a existência de duas vertentes do Ambientalismo, o conservacionismo e o ecologismo. O Conservacionismo surgiu no fim do século XIX, e se preocupava em conservar a natureza como tal, sem questionar a organização da sociedade, suas estruturas. Já o ecologismo, não considera o adversário do Ambientalismo como algo setorial e ocasional. A solução para o problema implica na mudança de estruturas, no repensar da forma pela qual a sociedade está organizada.

Um fato muito interessante que ajudou a firmar uma terceira vertente é que ao contrário do que demonstram estudos comparativos, a partir dos anos 80 quando houve uma estagnação do crescimento econômico no Brasil, a consciência, a legislação e as políticas de proteção

ambiental cresceram. Foi como se a interrupção do crescimento tivesse aberto os olhos da sociedade para indagações sobre os perversos efeitos desse desenvolvimento econômico. É nesse ponto que o Movimento Ambientalista se firma na sociedade, como uma terceira vertente. Cria um diálogo mais fácil e claro com a sociedade pois não trabalha só com a conservação da natureza, nem só com mudanças nas estruturas econômicas, sociais e culturais da sociedade. É um movimento com uma visão muito mais orgânica, que busca um desenvolvimento sustentável.

A partir da década de 80 com a redemocratização dos espaços e maior institucionalização do Ambientalismo ele passou a ter um crescimento contínuo de suas questões na opinião pública, abandonando as margens da sociedade, consolidando essa nova vertente. Ele se tornou multissetorializado, internalizado em diversos segmentos da sociedade, nas universidades, na mídia, em empresas e etc. Seus problemas passaram a ser problemas de toda a sociedade, ajudando o movimento a crescer e a se expandir. Esse Ambientalismo setorial que interage com a sociedade e com grupos Ambientalistas tem um papel catalisador mostrando que o movimento Ambientalista estava cada vez mais deixando de ser um movimento social isolado para ser um de transformação social.

Já os anos 90 aparecem como um divisor de águas do movimento Ambientalista. Em 1992 ocorre a RIO 92, Conferência das Nações Unidas sobre O Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio De Janeiro trazendo 170 chefes de Estado, abrindo mais espaço para o Ambientalismo, exigindo sua maior profissionalização e assinando a Agenda 21.

A Agenda 21 é o principal resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – UNCED/Rio-92. Este documento foi discutido e negociado exaustivamente entre as centenas de países ali presentes, sendo portanto um produto diplomático contendo consensos e propostas. A Agenda 21 propõe que os diversos países do mundo tomem medidas para que no próximo século possa ser garantida a sustentabilidade das atividades humanas e principalmente que seja alcançada a melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. Trata de transformações culturais

*e de valores, estimulando a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo. Identifica também problemas, propõe soluções e estima custos de investimento. É um guia de planejamento que deve ser internalizado em qualquer política setorial de governo (agricultura, cultura, educação, saúde, etc.) sendo valioso para reelaborar idéias sobre desenvolvimento, formular propostas e capacitar recursos.*¹

Assim, nos anos 90 ocorreram mudanças, assim como a Rio 92, que afetariam profundamente a dinâmica do movimento Ambientalista brasileiro. Foi iniciado um processo de reforma econômica, que de certa forma insere o país no processo de globalização. Com isso o movimento Ambientalista passa a acompanhar as correntes globalistas, tanto de consciência quanto de desenvolvimento de seus processos. O processo de globalização enfraqueceu as capacidades regulatórias e alocativas dos Estados Nacionais, o que de certa forma inaugura e incentiva um novo paradigma da administração pública, em que *“o Estado é um catalisador de energias e potencialidades governamentais e comunitárias”*². Processou-se uma passagem do sistema internacional para o global, de uma sociedade nacional para uma sociedade planetária. Um outro fator que auxiliou essa transição foi o processo de horizontalização e democratização da sociedade, onde os processos decisórios passam a ser pensados com uma lógica pública e universal, que favorece o interesse público e o protege de interesses particulares.

Sendo assim ao longo dos anos 90 o movimento Ambientalista tem ultrapassado as barreiras tradicionais dos movimentos sociais, seu objetivo não é mais obter somente aceitação de suas idéias e identidade enquanto grupo social diferenciado, ele passa a constituir um ator que quebra fronteiras para dialogar com outros segmentos sociais, inaugurar um novo projeto de sociedade.

¹ Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Apresentação- Agenda 21**. Endereço Eletrônico: <http://www.ambiente.sp.gov.br/agenda21/apresentacao.htm>

² Em KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92)**. Revista de Administração de empresas, São Paulo, v.34, n.3, p. 41-38, Mai./Jun. 1994.

▪ Um novo conceito de público

O conceito de público engloba as relações econômicas, políticas e sociais que interferem na produção do espaço público, também criado pelas relações entre o estatal e o não estatal. A história do Movimento Ambientalista é intimamente ligada a configuração da esfera pública. Com base nos textos **O que é “público”**, KEINERT T.³ e **Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos**, PEREIRA, L. C.⁴ fiz um pequeno resumo sobre o novo conceito de público para poder relacioná-lo com o Movimento Ambientalista.

A esfera pública vai ser modelada conforme se dão as relações entre o Estado e a Sociedade. A público está dimensionado num espaço delimitado em partes pela área estatal e em outra pela privada, pois visa os interesses da sociedade em geral. Não é algo que seja agregado a um grupo ou mesmo ao Estado, é uma nova institucionalidade mais acessível a comunidade e menos suscetível ao poder do Estado.

O espaço público por ser uma espaço delimitado entre duas esferas não é sempre visto com clareza, para isso ele precisa ser visto como um valor, um princípio, tornando-o inerente as duas esferas.

Muitas vezes o espaço público é segmentado simplesmente entre público e privado, por exemplo quando a divisão ocorre devido a forma de propriedade. Ou ainda mesmo quando a atividade pública ou não é delimitada pelo regime jurídico adotado. Sendo assim, quando o público não é visto como um valor, e é dividido dessas maneiras ele não alcança o status que hoje se verifica cada vez mais presente na nossa sociedade, um conceito mais amplo e representativo, que abrange o setor Estatal e o não Estatal. O professor Luiz Carlos Bresser Pereira criou uma divisão entre o público e o privado, seguindo essa nova lógica, de um

³ Versão preliminar do texto integrante da tese de doutoramento de Tania M. Mezzomo Keinert, “**Do aparelho Estatal ao Público: Crise e mudanças de paradigmas na produção técnico científica em administração Pública no Brasil.**”

espaço público mais fluido, estabelecido numa nova relação do Estado com a Sociedade. Segundo ele, existem três formas de propriedade pública:

- A propriedade pública não estatal, regida pelo direito privado mas com objetivos públicos, e que não distribui resultados, como ONGs que atuam na complementação do salário dos servidores públicos
- A propriedade pública estatal, regida pelo direito administrativo e que é de todos para todos.
- A propriedade não pública e não estatal, que não tem fins lucrativos mas está voltada para um grupo de interesse, não para a coletividade, como é o caso dos clubes de futebol e associações de bairro.

Pode-se ver assim que o espaço público vai muito além da esfera estatal e depende da construção da cidadania como um valor para a sociedade. Isso acontece pois a cidadania é circunscrita pela relação entre Estado e o Direito e essa relação é fundamentada em cima das relações de Poder, Riqueza, Consenso e Conhecimento na Sociedade. Ou seja, os direitos dos cidadãos formam o Direito do Estado, se forem aumentados os direitos de cidadania será alterada a relação da Sociedade com o Estado, fortalecendo este novo conceito de público.

Junto com esse novo conceito de público e essas novas formas de propriedade é colocada a questão de quão eficiente é o nosso sistema jurídico para garantir que a res-pública, o patrimônio público estatal ou não, continue a ser de todos e para todos. E pelo fato de ser essa uma nova institucionalidade não é totalmente assegurada pelo tradicional sistema jurídico, ficando assim muito mais suscetível a ser incorporada por grupos de interesse. É dessa situação nascem os direitos coletivos e difusos, que são criados para suprir as necessidades impostas pela nova institucionalidade do espaço público.

⁴ PEREIRA, Luiz Carlos. Cidadania e *res publica*: a emergência dos direitos republicanos. Separata da revista filosofia política, São Paulo, v. 1, 100-145, 1997.

▪ Interesses Coletivos e Difusos

Como vimos anteriormente o surgimento desse novo conceito de público, onde o papel da Sociedade civil é cada vez mais importante está intimamente ligado a redefinição do atual sistema jurídico

É essencial para a afirmação do novo espaço público onde a participação da sociedade civil é muito maior a democracia e a cidadania. Esses dois espaços dependem significativamente dos direitos de cidadania. Esses direitos são compostos pelos direitos civis, políticos, sociais e republicanos. Os três primeiros são direitos historicamente assegurados pelo Estado para garantir a sua existência. Os direitos civis são os direitos à liberdade e a propriedade, os políticos de votar e ser votado e os sociais protegem o cidadão do Estado e de outros cidadãos. Estes direitos foram se delineando ao longo dos anos devido aos diferentes anseios da relação entre a Sociedade e o Estado.

A partir da segunda metade do século XX começa a ser instituído outro tipo de direito, o direito humano, em reação aos regimes autoritários e com o objetivo de assegurar os outros direitos do cidadão.

Essa noção de direito evoluiu dando origem a um direito de garantir os bens que são de todos, o interesse público, os direitos republicanos, à *res publica*, a coisa pública. Como vimos, esse campo do interesse público é muito fluido mas é essencial para que se assegure uma sociedade democrática, com interesses individuais e coletivos. Por essas características esse novo direito foi classificado como interesse coletivo e difuso.

Os bens de interesse coletivo e difuso são difíceis de serem definidos por serem de todos e para todos, por serem muito amplos. Por isso acabam também sendo mal defendidos e muito ameaçados, afinal englobam, um patrimônio estatal e um não estatal. O termo interesses coletivos e difusos ou direitos coletivos e difusos só foram introduzidos no

ordenamento jurídico Brasileiro em 1990, com a edição da lei n.º. 8078, que instituiu o Código de defesa do consumidor (BOJART, 1995, p.43)⁵.

Art. 81. Omissis.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

Segundo BOJART, L. E. em **Exegese sobre o conceito legal de interesses difusos e coletivos**, a transindividualidade dos direitos coletivos e difusos circunscreve o núcleo de irradiação de direitos e obrigações onde se identifica o interesse coletivo e difuso. Sendo assim, sendo transindividual, no vernáculo indo além do indivíduo, para o interesse coletivo e difuso não importa se o indivíduo é um, nenhum ou mil. A lesão a interesses transindividuais não necessariamente acarreta em danos ou prejuízos individuais, o que importa é a abstração ou total desconsideração subjetiva de seus titulares como núcleos irradiadores de direitos e obrigações. A indivisibilidade evidencia que os interesses coletivos e difusos apresentam um interesse comum a um grupo de pessoas que não pode ser fracionado em seu exercício. Ou é atendido para todos, ou não o será para ninguém. Não há como separar um grupo de pessoas que não seja atingido pelo objeto. Se houver uma contaminação do ar, não há como se separar a porção que cada um merece, todos terão a mesma coisa.

O único ponto que distingue os interesses coletivos dos difusos é a sua titularidade. No interesse difuso é irrelevante a identificação dos integrantes da coletividade, isso ocorre devido a uma circunstância. Já no interesse coletivo é relevante a identificação do grupo

⁵ BOJART, Luiz Eduardo G. Exegese sobre o conceito legal de interesses difusos e coletivos. 1995. Endereço eletrônico: <http://www.terravista.pt/enseada/1428/>.

pois eles são ligados entre si ou com a parte contrária por uma relação de base, ou seja é evidente identificação da classe ou categoria de pessoas atingidas.

Assim sendo, como se já não bastasse a dificuldade gerada pela amplitude do novo espaço público, os direitos coletivos e difusos não são facilmente entendidos e assimilados pela Sociedade e pelo Estado por serem muito novos, não há uma consciência sólida em relação a eles, não havendo assim sua positivação,. Isso permite que a res-pública ainda esteja ameaçada pelos corporativistas e corruptos, prejudicando os direitos de cidadania e assim a democracia, paralisando a dinâmica produtiva que vem se estabelecendo entre a Sociedade Civil e o Estado. A positivação desses direitos tem sido buscada por Movimentos Sociais, que lutam para que a Sociedade aceite suas idéias, tome consciência dos seus direitos e assim os positive, como o Movimento Ambientalista tem feito com os direitos coletivos e difusos, criando mais espaço para uma sociedade democrática onde se estabelece uma nova relação entre Sociedade Civil e Estado.

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

▪ Estado e ONGs - PROAONG

Em meu projeto, me propus no período de setembro a novembro fazer um mapeamento das entidades que pesquisaria. Como já disse anteriormente, ao visitar a Secretaria do Meio Ambiente, conheci o Projeto PROAONG (Programa Estadual de Apoio às ONGs). O PROAONG, criado em 1995, tem a finalidade de atingir os objetivos propostos pela agenda 21, principalmente os de “intensificar o diálogo com as entidades Ambientalista e suas redes a fim de discutir direitos e responsabilidades para que possam canalizar eficientemente suas contribuições ao processo governamental de formulação de políticas ambientais”, “estimular e possibilitar as parcerias entre estas entidades e as autoridade governamentais em atividades para o desenvolvimento sustentável” e “tornar disponíveis e acessíveis dados e informações”.

Sendo assim é muito interessante para minha pesquisa uma análise do projeto PROAONG, pois ele é a concretização desse novo paradigma da administração pública brasileira, do novo conceito de público, onde o governo é um articulador de forças governamentais e não governamentais, com o fim de assegurar a res-pública.

Um exemplo disso é o fato do PROAONG ter criado uma ecolista onde reúne informações sobre diversas entidades Ambientalistas paulistas, manuais ambientais onde aborda os procedimentos necessários para a criação de uma entidade Ambientalista e onde coloca a importância do terceiro setor na sociedade. Dessa maneira a Secretaria de Estado do Meio Ambiente ajuda a multiplicar e fortalecer as organizações da sociedade civil, criando um diálogo construtivo entre eles. Através dessa iniciativa e da realização de cursos de capacitação e palestras a Secretaria do Meio Ambiente mostra o seu interesse na participação da sociedade nas decisões acerca de bens coletivos.

Um dos objetivos do PROAONG é criar uma relação de complementaridade entre o Estado e a sociedade civil. Para isso além de engajar as entidades nas ações, discussões e parcerias com o Estado dentro do espírito da Agenda 21, o PROAONG estará cobrindo um espaço deixado vazio pelo CONSEMA, (Conselho Estadual de Meio Ambiente).

O CONSEMA foi criado em 1983, subordinadamente ao gabinete do governador Franco Montoro como embrião da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Ele surgiu num período de institucionalização, onde como já vimos, a questão ambiental começa a receber mais atenção. Ele surge como espaço onde o governo e os segmentos organizados da sociedade iriam discutir o acompanhamento e a avaliação das políticas Ambientais. Porém essa relação estava se dando de maneira incipiente e baseada na resistência e desconfiança, por isso surge o PROAONG, criando um espaço para o estabelecimento de parcerias de modo a desenvolver a capacitação técnica das ONGs através de cursos, palestras seminários sobre educação ambiental, capacitação de quadros das entidades, captação de recursos e muitos outros temas levantados junto as entidades cadastradas. O PROAONG surge como elemento promotor da inserção das ONGs Ambientalistas na gestão pública, demanda que o CONSEMA não conseguia e não tem conseguido suprir.⁶

⁶ Hoje em dia, esta situação do CONSEMA ainda gera muita polêmica. As entidades Ambientalistas cada vez mais capacitadas e ativas, tem sentido falta de representatividade neste conselho. Tive oportunidade de estar presente numa reunião onde representantes de cerca de 20 ONGs se reuniram para tentar criar propostas para resolver esse problema. Segundo esse grupo, a estrutura e a forma de eleição do CONSEMA é viciada e não atende as demandas de maneira eficiente.

O CONSEMA é composto por uma presidência, sempre o Secretário do Meio Ambiente), uma secretaria executiva, indicada pelo presidente, um plenário, câmaras técnicas e comissões especiais. 36 membros ocupam esses cargos do Conselho, 18 são oriundos de órgãos do Estado e 18 da Sociedade Civil. Destes 18 conselheiros, somente 6 são de entidades Ambientalistas. O que se discutiu na reunião que estive presente, foi o fato das eleições do Conselho estarem viciadas, de entidades não Ambientalistas ou não cadastradas no conselho estarem elegendo os conselheiros, e o fato das entidades Ambientalistas estarem presente num número pouco expressivo dentro do Conselho. O que se buscava nessa reunião era criar um grupo de entidades que lute pela maior representatividade e eficiência desse Conselho de modo a fortalecer o Movimento Ambientalista, torná-lo mais integrado e apto a discutir as políticas públicas.

As informações sobre a organização do CONSEMA foram recolhidas na reunião de ONGs ambientalistas e no endereço eletrônico: <http://www.ambiente.sp.gov.br/consema/128.htm>

Ao longo dos últimos 5 anos a Secretaria Estadual do Meio Ambiente através do PROAONG tem atendido diferentes e inúmeras entidades Ambientalistas que atuam no Estado de São Paulo. No PROAONG existe um cadastro destas entidades, que em outubro de 1999 tinha 323 organizações. Estas informações trouxeram o perfil das entidades Ambientalistas do estado bem como estabeleceram um canal de comunicação entre ONGs e o PROAONG. A seguir irei dar uma breve idéia do perfil das entidades paulistas cadastradas de modo a criar uma base para a sua categorização.⁷

1. A distribuição geográfica por região administrativa está fortemente concentrada na região metropolitana de São Paulo, cerca de 40% das entidades. O restante das entidades está basicamente no interior, somente 6,3% das entidades está no litoral, mais precisamente em Santos .
2. 95% das entidades está sob a forma jurídica de Associações ou Sociedades sem fins lucrativos, que precisam de um capital inicial cuja utilização está vinculada ao cumprimento de seus objetivos institucionais.⁸
3. A maioria das ONGs elege seus corpos diretivos de maneira bastante democrática, através dos votos dos associados. Somente 10% das entidades elege seu corpo diretivo sem consultar os associados.

⁷ Estas informações são um resumo do perfil das entidades paulistas presente no caderno do PROAONG. Para saber quais entidades fazem parte da Ecolista Paulista veja p.34-37, as informações completas sobre o perfil das entidades também se encontra neste caderno, p. 9 – 15. Esta cópia é uma cópia da edição de 1997 do Caderno. Os dados já foram atualizados devido ao lançamento de uma nova edição, porém não puderam ser anexados ao trabalho. A cópia de 1997 está no **Anexo III**.

⁸ Vale a pena aproveitar este dado para citar a lei 9790, regulamentada no dia 30/06/1999 pelo Decreto 3.100 do presidente da república. Essa lei dispõe sobre a forma jurídica das organizações da Sociedade Civil. Como já discutido anteriormente existem diversas formas de entidades públicas. Essa lei qualifica as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs – instituindo e disciplinando o termo Parceria. Essa nova lei permite as entidades do terceiro setor assumir uma postura mais moderna, de parceira do Governo na defesa dos bens coletivos. Ela permite que as entidades privadas voltadas para o interesse público coletivo recebam um tratamento diferente daquelas voltadas para o interesse de um grupo como clubes e associações. Mais informações sobre a lei das OSCIPs estão no Anexo IV – no manual de procedimentos para a criação de uma entidade Ambientalista, criado pelo PROAONG.

4. Como vimos no histórico do Movimento Ambientalista, o período em que este se firmou como Movimento foi nos anos 90. É nesse período que nasce a maior parte das entidades hoje existentes, ainda mais com o acontecimento da RIO 92. O crescimento do número de entidades Ambientalistas começa nos anos 70, com o início da redemocratização e de maior consciência de alguns grupos acerca da questão ambiental. Nos anos 80 o número cresce mais ainda devido a ocupação dos espaços trazida pela redemocratização e pelo início da multissetorialização do Movimento.
5. Embora haja uma discussão acerca da representatividade do CONSEMA, das 174 entidades que tem participação em algum tipo de conselho, a maioria, 75, tem pelo menos registro no CONSEMA, isso é incongruente com as afirmações anteriores, acerca da representatividade do Conselho. Podemos identificar este alto número às campanhas realizadas pela Secretaria do Meio Ambiente e a falta de importância dada ao fato de ser membro do CONSEMA, sendo este um título mesmo que não representativo e legítimo.
6. A Maioria das entidades não estabeleceu vínculos com organismos internacionais, 76%, pois não conseguem estabelecer diálogo entre as partes. A maioria das entidades internacionais não busca apoiar institucionalmente as ONGs, eles financiam um fim, um programa. Isso acaba atingindo somente as ONGs grandes com mais estrutura para uma parceria deste tipo.
7. A maioria das ONGs (90%) realiza atividades relacionadas a área de educação ambiental mas muitas delas realizam também projetos com comunidades locais, projetos de conservação ambiental, campanhas de mobilização. As entidades que também desenvolvem assessoria e consultorias técnicas assim como pesquisa e desenvolvimento, ecoturismo, excursionismo e outros tipos de atividade não são a maioria, mas mesmo assim tem um número bastante expressivo.

8. A maioria das entidades enfoca como temas prioritários questões ligadas a Lixo, Fauna e Flora, Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano, dentre outros. Porém é interessante notar que novas áreas temáticas como Mudanças Climáticas, Recursos Marinhos e Povos Indígenas vêm passando a incorporar o âmbito de trabalho dessas entidades.
9. A importância que tem sido dada a atuação local e regional das ONGs é cada vez maior, 67% e 42% respectivamente. Esse fato pode ajudar a justificar o item 5, que mostra quão grande é o número de ONGs que são membro do CONSEMA.
10. O público alvo da grande maioria das entidades concentra-se nas comunidades locais e na rede de ensino. Muitas outras enfocam Jovens e adolescentes e Autoridades Locais.
11. A maioria das entidades em ordem de desenvolver suas atividades realiza publicações e cursos. Algumas poucas entidades chegam a desenvolver programas de rádio.
12. Poucas entidades afirmaram dispor de linhas de financiamento para obter recursos. A maioria se financia através de doações individuais, de contribuição de sócios, da venda de serviços e produtos.
13. A maioria das entidades, 83%, conta com serviços de voluntários, sendo que são poucas que trabalham com mais de 40 voluntários.
14. São pouquíssimas as entidades que possuem um número significativo de funcionários permanentes ou mesmo temporários. A maioria está calcada no trabalho voluntário. Isso se dá a falta de recursos para suportar uma profissionalização dos quadros das entidades, como pudemos ver no item 12, a maioria depende da contribuição dos sócios para se manter.

15. Quanto a infra-estrutura das entidades, ainda é incipiente o número de ONGs conectadas a uma rede de computadores, demonstrando ao mesmo tempo um potencial para o desenvolvimento desse canal de comunicação e uma pouca modernização e atualização das entidades.

▪ CLASSIFICAÇÃO DAS ONGs Paulistas

O coordenador do Programa de Apoio a ONGs do Estado de São Paulo, Enrique Svirsky, num artigo para a revista Debates SocioAmbientais, desenvolveu um instrumento para a classificação das ONGs Ambientalistas Paulistas. Ao entrar em contato com esse material, achei que ele era muito representativo e se adequava ao que eu gostaria de analisar nas entidades Ambientalistas. Segundo ele as ONGs paulistas se dividem em 6 tipos.⁹

De modo a dar uma idéia mais prática dessa categorização das ONGs paulistas, conversei com o autor do critério de categorização Enrique Svirsky e lhe pedi que me indicasse algumas entidades representativas de cada categoria. Desenvolvi um questionário¹⁰ para coletar as informações necessárias para essa “visualização” de como as entidades se organizam e comecei a visitar as entidades. Algumas foram receptivas e atenciosas fornecendo as informações outras nem tanto. Houve aquelas que não puderam me receber e pediram só o questionário, porém não me devolveram a tempo. Houve também uma que por política da entidade não pode me receber. As entidades em que não pude realizar a entrevista estão apresentadas e as informações coletadas através de panfletos e sites da Internet estão devidamente anexadas.¹¹

Seguem abaixo as categorias desenvolvidas por Enrique Svirsky.

⁹ Esse material foi publicado na revista Debates SocioAmbientais. Esta revista não consta na Bibliografia pois o artigo me foi entregue pelo próprio autor e ele não possuía a revista para que pudesse extrair os dados bibliográficos.

¹⁰ O questionário padrão está no **Anexo I**.

¹¹ Foi possível coletar material sobre algumas entidades, pequena, média, grande e internacional. As ONGs Personalizadas e em extinção estão cadastradas no PROAONG e algumas informações sobre elas podem ser encontradas no caderno do PROAONG, no **Anexo III** ou no material coletado, no **Anexo II**.

- 1) ONGs em Extinção: Entidades criadas quando se deu a redemocratização do país, principalmente nos anos 80, quando a questão ambiental ainda não estava institucionalizada. Nasceram basicamente em torno das questões reivindicatórias e de denúncias. Muitas delas tiveram sucesso com suas propostas e conseguiram atingir seus objetivos, mas não puderam manter a chama acesa para profissionalizar os seus quadros, ou para modernizar as suas propostas. Hoje em dia continuam vivas do ponto de vista cartorial, com responsável, CIC e RG, mas sem nenhum tipo de atuação como organização e sem mobilizar ou integrar novos ou velhos membros.

A ONG indicada é Associação de Defesa da Juréia. Tive a oportunidade de conversar com o Presidente dela, Beloyanis Bueno Monteiro, que não pode responder o questionário, mas que na conversa me explicou que era uma ONG criada na década de 1980, e que buscava preservar a região da Juréia. Segundo ele, com o surgimento da reserva da Juréia, a entidade se perdeu. Eles não tinham se estruturado de uma maneira sólida para continuar a ter objetivos depois de resolvida uma questão pela qual eles lutavam.

- 2) ONGs Personalizadas: Podem ser consideradas como estágio mais próximo das ONGs em extinção. A ONG está personalizada num indivíduo que responde, participa, se posiciona e faz questão de aparecer. Geralmente é alguém ideologicamente definido, que não consegue aglutinar pessoas para trabalhar conjuntamente, por ser muito concentrador ou por ser pouco convincente. Não se modernizou nas idéias e no discurso: não sabe propor e sim criticar e denunciar, muitas vezes sem fundamento. Algumas ONGs foram indicadas nessa categoria, também chamada informalmente de ING, "Indivíduo não Governamental". Algumas ONGs que podem receber este título são: Associação da Juventude Ecológica, Associação Nacional de Defesa a Ecologia, Reino Animal e Meio Ambiente.
- 3) ONGs Pequenas: São aquelas ONGs que foram criadas por um determinado objetivo e as pessoas que lideram esta entidade batalham para sobreviver como instituição. Formam a maioria do universo das ONGs existentes. Não possuem funcionários

permanentes, nem infra-estrutura mínima (fax, fone, microcomputador, acesso à Internet, etc.) e praticamente a maioria dos que trabalham são voluntários “sensibilizados pela causa”. Estão pouco integrados a redes ou outras ONGs, mas tem grande vontade por aprender e se capacitar. São sensíveis a eventos, cursos, seminários e estão sempre querendo participar, mas não têm fôlego para tanto. São geralmente financiados pelos próprios integrantes da instituição, e algumas poucas vezes conseguem recursos para fazer campanhas e projetos. Trabalham mais a nível local. Uma ONG pequena que foi entrevistada foi a ALERTA, Associação Ligada a Educação & Recuperação do Planeta Terra. Conversei com seu presidente, Tomas, que me passou alguma informações. A ALERTA é uma Associação Civil de caráter Socio-Ambiental, sem fins lucrativos que tem como missão promover ações em defesa dos bens e direitos comuns aos povos e a natureza, valorizando e unindo diferentes segmentos sociais, resgatando o exercício da cidadania e estimulando os diálogos que visam à preservação e recuperação do planeta Terra. Eles desenvolvem diversos projetos como um trabalho numa escola estadual no bairro do Jabaquara onde desenvolvem atividades ligadas a educação ambiental e a cultura. Realizam também um sarau cultural que busca criar um espaço diferente para discutir questões como ecologia, música, teatro e outras coisas. Um terceiro projeto é o Agasalhando e Reciclando, onde eles arrecadam agasalhos e depois os trocam por latas de alumínio.

A ALERTA foi fundada em fevereiro de 2000, e atua por enquanto no município de São Paulo. Ela não tem funcionários permanentes nem temporários, funciona com cerca de 5 voluntários que formam o corpo diretivo e outros que ajudam a desenvolver as atividades. Eles divulgam suas atividades através de um informativo eletrônico distribuído através de listas de discussão pela Internet, em breve colocarão no ar o seu site. <http://www.alerta.org.br>. Eles tem realizado todas as demandas que surgiram até agora, estão ainda em fase de crescimento e por isso não podem realizar determinadas atividades.

- 4) ONGs Médias: Estas ONGs possuem alguns funcionários permanentes e temporários, dependendo a sua subsistência do êxito ou fracasso das suas campanhas ou vendas de seus projetos. Possuem uma boa infra-estrutura e muitas vezes trabalham em nichos específicos que permitem a perpetuação de projetos e atividades. Geralmente são participativas e atuantes, estando muitas delas conectadas com outras ONGs. Algumas ficam na dúvida de entrar na rota da prestação de serviços para garantir a sua sobrevivência. A atuação aparece geralmente no âmbito estadual.

A entidade visitada para representar esta categoria foi 5 ELEMENTOS - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental é uma instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo assegurar a participação consciente da população na solução dos problemas causados ao meio ambiente, assim como estimular a adoção de novos hábitos e posturas, frente a problemática ambiental através de campanhas, programas, palestras, cursos e congressos para a sociedade.

Fundado em 1993, o Instituto visa promover desenvolver e apoiar projetos, pesquisas e presta assessorias na área de Educação Ambiental à empresas, escolas, entidades ecológicas e órgãos públicos, estaduais e municipais.

O Instituto 5 Elementos reconhece no trabalho voluntário um potencial de ajuda em importantes detalhes para a instituição. O perfil do voluntário deve ser conhecer e acreditar nas causas com as quais a instituição atua. Por enquanto eles trabalham com 3 voluntários, mas estão criando uma central de voluntariado para envolver mais pessoas nos projetos que realizam. Além disso possui 7 funcionários permanentes (diretoria e equipe administrativa), 12 temporários, (equipe técnica e equipe de monitores) e um conselho composto por 14 pessoas.

Os principais projetos em andamento são Programa de Educação Ambiental – Trilha Morumbi Verde, Curso de capacitação de professores em Triunfo/RS, Assessoria a portal na Internet dedicado a educação ambiental, Programa de educação ambiental em escolas e a rede Paulista de educação Ambiental. O site do instituto é ,

<http://www.5elementos.org.br> e mais material sobre eles está no Anexo II.

- 5) ONGs Grandes: São as mais profissionalizadas, com mais funcionários permanentes, expertise e conteúdo, que geralmente encontram facilidades para arrumar diferentes formas de financiamento. Trabalham em projetos de alcance nacional. Possuem bons quadros, boa infra-estrutura, (sede, carro, etc.) e boa divulgação de suas atividades, seja em jornais, revistas ou *sites* na Internet, sendo procurados pela imprensa quando são discutidos temas da sua competência. São convidados para eventos como expositores, aparecem na mídia e não conseguem atender todas as demandas. Muitas delas conseguem mobilizar os Ambientalistas e obter vitórias em reivindicações, conseguindo influir em políticas setoriais.

Uma ONG Grande é o SOS Mata Atlântica. Cheguei a visitar a entidade algumas vezes porém eles estavam realizando cursos e palestras e não puderam me dar a entrevista. Há material deles no Anexo II.

- 6) ONGs Internacionais: Estas ONGs instaladas em São Paulo, com atuação de âmbito nacional. Contam com funcionários profissionalizados e funcionam como filial de ONGs internacionais. Sua forma de atuação e seu tamanho, assim como os recursos, seguem outra lógica diferente das ONGs descritas anteriormente. Geralmente possuem recursos para atingir os seus objetivos. Trabalham mais na formulação de políticas, que nas ações locais.

Uma ONG internacional muito conhecida é o Greenpeace, por política da organização não pude visitá-la, se prestaram a fornecer informações através de um número 0800 ou do site na Internet. <http://www.greenpeace.org.br>

CONCLUSÃO

Pude concluir na primeira parte da pesquisa que um cronograma é dinâmico, serve como base para o caminho a ser seguido, e vai se alterando ao longo deste. Portanto nesse período foram desenvolvidas atividades previstas para mais adiante e foram descobertas muitas outras que devem entrar na próxima etapa da pesquisa.

Achei muito importante a realização do relatório parcial, pois me ajudou a ver o que eu tinha mudado no meu caminho e para onde ele havia se direcionado.

A segunda parte da pesquisa foi muito importante pois tive contato com mais pessoas ligadas ao Movimento Ambientalista e pude ter uma visão mais realista deste. No início da pesquisa estava colhendo informações somente numa fonte, no PROAONG. Na segunda parte da pesquisa, muito por intermédio do próprio PROAONG, tive contato com outras entidades e outras opiniões, o que foi muito rico para a realização da pesquisa.

Além disso aprendi muito sobre como deve ser feita uma pesquisa, como é importante você conhecer pessoas com pontos de vista diferentes e como é difícil organizar as informações que são recolhidas e conseguir captá-las. A parte das entrevistas foi a mais difícil pois nem todos usam os mesmos termos para se referir as mesmas coisas e se não houver cuidado e atenção as informações podem ser distorcidas.

A realização desta pesquisa foi muito importante para mim pois pude conhecer melhor o Movimento Ambientalista e ver como ele está presente neste novo conceito de público. Pude ver que ele tem problemas de representatividade e organização, mas que cada vez mais ele tem se profissionalizado. Esta é uma tendência. Até a relação do Estado com o Movimento Ambientalista está se modernizando, através da lei das OSCIPs, para atender um movimento muito mais organizado e cada vez mais presente nos diversos setores da sociedade de modo a defender um patrimônio essencial a todos.

BIBLIOGRAFIA

- SVIRSKY, Enrique, CAPOBIANCO, João Paulo R, PÁDUA, José Augusto (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Instituto Socioambiental:Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997
- DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL, 1995, Brasília. Relato do Seminário
- São Paulo (Estado), Secretaria do Meio Ambiente, PROAONG: Programa Estadual de Apoio às ONGs.
- PEREIRA, Luiz Carlos. *Cidadania e res publica: a emergência dos direitos republicanos*. Separata da revista filosofia política, São Paulo, v. 1, 100-145, 1997.
- Versão preliminar do texto integrante da tese de doutoramento de Tania M. Mezzomo Keinert, “**Do aparelho Estatal ao Público: Crise e mudanças de paradigmas na produção técnico científica em administração Pública no Brasil.**”
- BOJART, Luiz Eduardo G. Exegese sobre o conceito legal de interesses difusos e coletivos. In: Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, 10, 1995, São Paulo. *Jornal do 10º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho*, São Paulo, p. 43-45. Endereço eletrônico: <http://www.terravista.pt/enseada/1428/>
- Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Apresentação- Agenda 21**. Endereço Eletrônico: <http://www.ambiente.sp.gov.br/agenda21/apresentacao.htm>
- KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92)**. *Revista de Administração de empresas*, São Paulo, v.34, n.3, p. 41-38, Mai./Jun. 1994.
- BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER, Normas para apresentação de monografias, reimpressão 2000. São Paulo.

ANEXO I

- Contato:
- Cargo:
- Telefone:
- Endereço:

- Fundação: *período de redemocratização, consolidação do MA como Movimento Social*

- Atuação:

- Objetivos: *questões reivindicatórias e de denúncia*

- Atividades:

- Já havia institucionalização da questão ambiental?

- **Nº funcionários permanentes:**
- **Nº funcionários temporários:**
- **Nº funcionários voluntários:**

- **Formas de financiamento**

- **Infra estrutura: (quadros profissionalizados, sede e filiais, rede, acesso a Internet, carro, telefone, fax)**

- **Formas de divulgação (jornais, revistas, Internet)**

- **Atingiu seus objetivos?**

- **Atendeu todas as demandas?**

- **Tinha integração com outras ONGs?**

- **Participava em seminários, eventos e cursos?**

- **Por que não atua mais, não mobiliza e organiza novos e velhos membros?**

ANEXO II

QUESTIONÁRIO QUEM É QUEM NO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO NO BRASIL

1 - Nome do órgão, da empresa ou instituição

5 Elementos - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental

Endereço Rua Caraibas 1163

CEP 05020-000 Cidade São Paulo Estado SP

Tel.(0xx11) 38711944 Fax: idem E-mail: elements@5elementos.org.br

Homepage: www.5elementos.org.br

2 - Órgão Público () Empresa Privada () ONG (X)

3 - Se órgão público ou empresa estatal: Federal () Estadual ()
Municipal ()

4 - Data de fundação : 07/04/1993

5 - Áreas de atuação (ex.: resíduos, água e esgoto, etc)

O Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental - 5 ELEMENTOS, para cumprir sua missão, oferece à sociedade produtos e serviços que priorizam as áreas de educação, saúde, meio ambiente e planejamento.

6 - É vinculada a algum órgão? Qual?

Desenvolve parcerias com a iniciativa privada, órgãos governamentais e instituições do terceiro setor.

8 - Diretoria e Coordenação Técnica

Minka Ilse Bojadsen

Diretora e sócio-fundadora do 5 Elementos ocupa cargo de diretora superintendente desde 93. Educadora com experiência em educação infantil, com curso do ITEL - International Training For Environmental Leadership em Montreal e Toronto, Canada. Coordena programas de educação ambiental do 5 Elementos dentre eles: Plástico: Uma matéria Reciclável, vencedor do Prêmio Pensamento Nacional de Bases Empresariais em 99, e Trilha Morumbí Verde na Fundação Maria Luiza e Oscar Americano, ambos voltados ao atendimento de escolas públicas e particulares. Ministra cursos e palestras sobre educação ambiental, além de desenvolver materiais de apoio. minka@5elementos.org.br

Mônica Pilz Borba

Diretora e sócio-fundadora do 5 Elementos, ocupa cargo de diretora administrativo-financeira desde 1993. Pedagoga com experiência em educação infantil com projeto de horta na escola e com especialização em Educação Ambiental na FSP/USP. Coordenadora e consultora de vários programas de educação ambiental dentre eles: Trilha Radical Verde (95 a 99) no parque Ibirapuera, que recebeu Prêmio Itaú Unicef em 97 na categoria de material de apoio ao professor. Também desenvolve e ministra cursos de capacitação em

educação ambiental para professores. Atualmente é membro da comissão organizadora da REPEA, Rede Paulista de Educação Ambiental.
monicab@5elementos.org.br

Mônica Renard

Diretora e sócia-fundadora do 5 Elementos ocupa o cargo de diretora executiva desde 1993. Geógrafa com especialização em Ciências Ambientais e experiência de mais de 10 anos em Educação Ambiental, na concepção, coordenação e implantação de projetos e materiais educacionais. Participa atualmente de cursos de extensão na área ambiental e Gestão do Terceiro Setor. Desenvolve o Plano de Comunicação e Captação de Recursos do instituto. Coordena seminários e eventos ecológicos, além de ministrar cursos e palestras em várias cidades do Brasil com a temática ambiental. monicar@5elementos.org.br

9 - Número de funcionários e colaboradores.

A instituição conta com 1 secretária, 1 assistente financeira, 2 coordenadores de projetos, 14 conselheiros e 3 voluntários.

10 - Delegacias, escritórios regionais e/ou filiais (liste em folha anexa, com endereço completo)

11 - Principais projetos em andamento (Nome do projeto/escopo básico/finalidade/investimentos/prazo de conclusão)

Programa de Educação Ambiental - Trilha Morumbi Verde

Este programa propõem integrar-se com a natureza sem sair da cidade. É aberto para o público em geral. Quinzenalmente aos sábados, a Trilha Morumbi Verde é voltada para o simpatizantes da ecologia e para empresas. (05 e 19/08, 02 e 23/09, 07 e 21/10-inscreva-se).

No privilegiado parque da Fundação Maria Luisa e Oscar Americano conhece-se a diversidade e a importância da flora brasileira. Sabe-se um pouco mais sobre temas ambientais como, preservação, poluição, lixo e reciclagem. A Trilha entra no acervo artístico onde são vistas obras de arte dos períodos colonial, imperial e moderno sobre a natureza. Em seu 2º ano de atividade, já tendo atendido mais de 3000 alunos e 500 professores, a Trilha oferece semanalmente uma programação voltada às escolas do ensino fundamental e entidades sociais. Funciona de março à outubro.

Curso de Capacitação de professores em Triunfo/RS

Este curso de EA é o resultado de uma parceria entre 5 Elementos - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental e a Copesul que planejou-o, seus temas e carga horária em conjunto dos 50 participantes de 4 escolas dos municípios de Montenegro/RS e Triunfo/RS. Seu objetivo é instrumentalizar participantes visando implantar e avaliar projetos de educação ambiental com abordagem multidisciplinar, ampliando a concepção deste tema na escola e comunidade, partindo do conceito ambiental local e global. Este curso tem suscitado uma transformação de valores e posturas em todos os envolvidos. Apesar de não termos finalizado, pretendemos transformar seus resultados, numa publicação

com o objetivo de divulgar projetos de educação ambiental locais a outras escolas da região. Início em set/99 término de dez/00.

Assessoria a portal na internet dedicado a educação ambiental

O 5 Elementos - Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental assessora um portal dedicado a educação ambiental, cidadania e meio ambiente de âmbito internacional. Este projeto teve início em fevereiro de 2000, sendo produzido pela empresa Hipernet por meio da lei Mendonça de incentivo a cultura. Tem como objetivo divulgar informações da área de meio ambiente e fortalecer formação de redes sócio ambientais. Os principais temas abordados serão: Educação Ambiental, Bacias Hidrográficas, Agenda 21, Mata Atlântica, Pantanal, Amazônia, Cerrados, Campos Sertões, Banhados, Caatinga, Veredas, Agreste, Ecossistemas litorâneos, Lixo e Reciclagem e Atmosfera.

O portal www.neoambiental.com.br é independente sendo atualizado diariamente. Os resultados de utilização atualmente são: média semanal de usuários = 950, média semanal de pageviews = 18.000, usuários brasileiros = 85%, usuários Internacionais = 15%. Início jan/00 e término jan/01.

Programa de Educação Ambiental em Escolas

Plástico, uma matéria reciclável! é um programa de educação ambiental de iniciativa e realização do 5 Elementos, está em seu 5º ano, inteiramente patrocinado pela Plastivida/Abiquim e tem como público alvo as escolas de ensino fundamental de SP.

Tem como objetivos informar professores, alunos e comunidade sobre o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, sensibilizar e estimular a reflexão para novas posturas em prol do meio ambiente, consumo e desperdícios.

Um dos resultados do trabalho educacional, é a implantação da coleta seletiva de plásticos nas escolas, sendo que este material é recolhido periodicamente pela APAE. Este programa abrange 27 escolas, tendo atingindo diretamente 32.000 alunos, 2000 professores e 34 toneladas de plástico coletado. Início março de 96. Atualmente funciona de abril a novembro.

Rede Paulista de Educação Ambiental

A Rede Paulista de Educação Ambiental – REPEA, é constituída pela articulação e cooperação entre pessoas, ONG's, instituições e educadores ambientais. A REPEA está se organizando em grupos locais que atuam nas diversas bacias hidrográficas do estado de São Paulo. Atualmente já temos a participação em 4 bacias: Alto Tietê, Piracicaba / Capivarí / Jundiá, Sorocaba / Médio Tietê e Baixada Santista. A sua missão é socializar informações, experiências e ações voltadas a Educação Ambiental, promovendo seu fortalecimento.

O tecer da REPEA acontece com a participação de todos, garantindo autonomia de ação e sintonia de trabalho baseado nos princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global escrita por centenas de mãos durante a ECO 92.

13 - Principais projetos programados (Nome do projeto/escopo básico/finalidade/investimentos/cronograma - início e conclusão)

Continuidade dos projetos que estão em andamento e produções de novos e bons materiais e serviços em educação ambiental de âmbito local, regional, nacional e global, com o objetivo de conscientizar e educar o cidadão para uma atuação responsável em benefício sócio ambiental.

14 - Fotos e ilustrações (pedimos anexar ao questionário fotos e/ou ilustrações coloridas para publicação juntamente com o perfil da empresa ou entidade)

15 - Lista de pessoal técnico (para fins de envio da revista, pedimos enviar uma relação dos técnicos ligados às áreas de meio ambiente e saneamento, bem como seus cargos e endereços das unidades onde os mesmos estão alocados)

Coordenadores técnicos :

Beatriz Siqueira

Formação: Ecóloga e especializanda em Educação Ambiental.

Atualmente coordena o programa de EA: Plástico uma matéria reciclável

Contato: email biasiq@bol.com.br/ tel: (011) 3871-1944.

Cesar Pegoraro

Formação: Biólogo

Atualmente coordena o programa de EA: Trilha Morumbí Verde

Contato: email cepeg@bol.com.br/ tel: (011) 38711944

16 - Responsável pela resposta do questionário

Nome: Mônica Pilz Borba

Telefone para contato: (011) 38711944

Fax : idem

e-mail: monicab@5elementos.org.br



5 ELEMENTOS

Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental

APRESENTAÇÃO

O Instituto 5 Elementos é uma entidade civil sem fins lucrativos que nasceu em 1993 com uma proposta bem definida: prestar o melhor e mais bem elaborado serviço de educação ambiental para ampliar a percepção do cidadão sobre as questões sócio-ambientais.

Tem como atividade principal a **sensibilização, conscientização e capacitação** de alunos, professores, diretores, educadores de entidades sociais, visando tê-los como agentes multiplicadores de ações, voltadas à educação ambiental e, por consequência, à melhoria na qualidade de vida.

O 5 Elementos, nos seus diversos projetos e ações, utiliza-se de uma metodologia que estimula a adoção de novos hábitos, posturas e a participação de maneira consciente e articulada em ações de preservação do meio ambiente.

Os projetos, que priorizam as áreas da educação, saúde, meio ambiente e planejamento, envolvem pesquisas, palestras, cursos, workshops e seminários; eventos e campanhas; consultoria nas áreas de educação e meio ambiente; pesquisas pela equipe técnica do Instituto, para manter sempre atualizado o conhecimento adquirido, e diversos produtos como a criação de jogos, materiais informativos e apoio a várias atividades.

O site do 5 Elementos na Internet amplia a divulgação das ações educativas, fortalecendo o Instituto e criando um canal de comunicação e interação com a sociedade.

MISSÃO

Conscientizar e educar o cidadão para atuação responsável em prol da Sociedade e do Meio Ambiente.

PRINCÍPIOS e VALORES

- Crença e busca de um modelo de desenvolvimento sustentável.
- Gerar e difundir formas de conhecimento que contribuam para o desenvolvimento da educação ambiental.
- Processo permanente de avaliação das ações em educação ambiental.
- Respeito à diversidade de opiniões, enfoques e especializações.
- Compromisso com a ética nas relações políticas, econômicas e sócio-ambientais.
- Processo contínuo de aperfeiçoamento e profissionalismo para atingir excelência na qualidade de nossa atuação.
- A conservação ambiental como indispensável para a sustentabilidade do planeta para as futuras gerações.

PRÊMIOS

O Instituto vem obtendo reconhecimento de seu trabalho através dos seguintes prêmios:

- **Top Ecologia 95**, concedido pela ADVB- Assoc. dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - Programa de Educação Ambiental no Parque Ibirapuera/Trilha Radical Verde.
- **Top Ecologia 97**, concedido pela ADVB- Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - Projeto de Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Plástico.
- **Menção Honrosa no 1º Concurso de Idéias Inovadoras em Captação de Recursos, em 97**, concedido pelo Centro de Competência na Área Social da Fundação ASHOKA em parceria com McKinsey&Co .
- **Prêmio Itaú-Unicef Educação e Participação 97**, na categoria de elaboração de material de apoio, concedido pelo Banco Itaú, Unicef, e realizado pelo CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.
- **Prêmio de Cidadania 1998**, concedido pelo PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais, na categoria de melhor projeto de Meio Ambiente com o Programa de Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Plásticos em Escolas.
- **Beneficiário do Prêmio Global Responsible Care Award 98**, concedido pela Dow Química S.A., dentro do Programa Atuação Responsável, pelo conjunto de ações institucionais.

PROGRAMAS de EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto 5 Elementos desenvolve Programas de territorialidade local no município de São Paulo, visando ao fortalecimento do tecido social por meio da criação de redes e de consórcios. Os eixos de ação são: trilhas monitoradas em parques urbanos, consultorias em escolas com a temática educação ambiental, consumo, lixo e coleta seletiva, cursos de capacitação em educação global e seminários.

Os macrotemas que embasam a metodologia dos programas são: Carta da Terra, Lei de Educação Ambiental, Agenda 21, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parâmetros Curriculares Nacionais e Integração com a Natureza.

Realiza pesquisas de conteúdo e avaliação que subsidiam o aprimoramento dos programas, das publicações e dos jogos didáticos.

Os materiais de apoio são desdobramentos dos programas e seus kits são distribuídos gratuitamente aos participantes.

Orçamento para 1999: R\$ 400.000,00

Projetos em andamento gratuitos, patrocinados por empresas privadas.

Programa de Educação Ambiental no Parque Ibirapuera -1995 a 1999

1. TRILHA RADICAL VERDE: trilhas monitoradas para alunos do ensino fundamental abordando os temas: fauna, flora, utilização e preservação de áreas públicas, formas de poluição e produção de lixo, já em seu 5º ano.

Em julho, trilhas monitoradas para as famílias dos funcionários das empresas patrocinadoras Panamco e Coca Cola.

Aos sábados, trilhas para os usuários do Parque.

2. Encontros de Capacitação em Educação Ambiental para educadores de escolas e entidades sociais que participam das Trilhas Monitoradas.

Programa de Educação Ambiental no Parque da Fundação Maria Luísa e Oscar Americano 1999, intitulado TRILHA MORUMBI VERDE, para grupos de alunos e professores do ensino fundamental de escolas públicas, particulares e entidades sociais, abordando arte, cultura e meio ambiente. Em julho, trilhas monitoradas para familiares dos funcionários da empresa patrocinadora Nestlé. 1º ano de funcionamento.

Programa de Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Plástico nas Escolas – 1996 a 1999, intitulado PLÁSTICO, UMA MATÉRIA RECICLÁVEL!

1. Atende 6 escolas/ano; está em seu 4º ano de funcionamento, totalizando 19 escolas atendidas, cerca de 20 toneladas de plástico coletado;

2. Programa de Capacitação para os docentes nas escolas, integrando temas ambientais urbanos no currículo escolar; reflexão sobre posturas acerca do consumo, desperdício dos recursos naturais e descarte dos resíduos sólidos na cidade de São Paulo.

O Programa visa incentivar a comunidade escolar a promover ações de co-responsabilidade e participação coletiva na implementação de políticas públicas, na gestão dos resíduos sólidos. Patrocínio da Abiquim/Plastivida .

Seminários Cidadão do Século XXI - 1997 a 1999, com apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente/Cetesb, Rádio Eldorado e outros. A finalidade é promover a informação e o debate através de representantes conceituados, autoridades e especialistas das diferentes áreas. Dirigidos a formadores de opinião, educadores ambientais, professores, empresários interessados, ONGs, lideranças comunitárias, estudantes e Governo.

1º- CIDADÃO DO SÉCULO XXI: O lixo e você

2º- CIDADÃO DO SÉCULO XXI: Cadê o verde?

3º- CIDADÃO DO SÉCULO XXI: Combatendo o desperdício

4º- CIDADÃO DO SÉCULO XXI: Água, recurso limitado!

5º- CIDADÃO DO SÉCULO XXI: Formação Global

Patrocínio: General Motors, Abiquim, Plastivida, Votorantim Celulose e Papel.

PLANO DE AÇÃO

O Instituto 5 Elementos vem desenvolvendo uma política interna de sustentabilidade e melhor gerenciamento de seus programas. Com assessoria de especialistas implementou uma política de gestão estratégica .

Linhas de Atuação 1999 a 2002:

- ▶ priorizar a atuação educacional para melhor desenvolvimento sócio-econômico-ambiental nos centros urbanos, com ênfase em projetos relacionados ao consumo e reciclagem de lixo, parques urbanos e atendimento a escolas na zona oeste do município de São Paulo;
- ▶ promover seminários visando à comunicação sobre questões ambientais e estímulo à divulgação de conhecimento;
- ▶ organizar e oferecer cursos, workshops e palestras com a temática e as estratégias de educação ambiental nas bibliotecas, diretorias de ensino, escolas e entidades sociais municipais e estaduais, agências de ecoturismo, tendo como objetivo capacitar diretores, coordenadores, professores e educadores,
- ▶ produzir novos materiais didáticos: publicações, vídeos e jogos;
- ▶ desenvolver e sistematizar uma política de comunicação, utilizando elementos da mídia para fortalecimento da marca do Instituto;
- ▶ manter e otimizar a equipe técnica através de capacitação permanente e elaboração de um plano de carreira e benefícios;
- ▶ diversificar as fontes de recursos, apoios e parcerias, buscando estabelecer uma política institucional de captação de recursos, visando a sustentabilidade e continuidade dos programas;
- ▶ articular-se com universidades, Governo, empresas e ONG's com o objetivo de influenciar nas políticas públicas;
- ▶ avaliar permanentemente os programas educativos, buscando a troca intersetorial entre instituições que possam orientar o aproveitamento dos resultados para a sociedade, e
- ▶ desenvolver um método de trabalho com o objetivo de criar oportunidade para os conselheiros se envolverem mais com o 5 Elementos e a aproximação da equipe técnica com o Conselho.

EQUIPE INSTITUCIONAL

Conselho 1999 a 2002

Claudia Roncarati, Edson Sadao, Elie Politi, Enrique Svirsky, Fábio Cascino, Fábio Kanashiro, João Paulo Capobianco, José Eduardo Prestes Alves, Luis Carlos Merege, Paulo Afonso Garcia, Patricia Palumbo, Pedro Jacobi, Regina Sharf e Teresa Cristina Rebolho Rego.

Diretoria 4º- mandato

- Minka Ilse Bojadsen – educadora, diretora superintendente
- Mônica Pilz Borba – pedagoga, diretora administrativa
- Mônica Renard- geógrafa, diretora executiva

Equipe Técnica 1999

Angela de Melo Saraiva: técnica em Comunicação, produtora
 Beatriz Siqueira: ecóloga, coordenadora da Trilha Radical Verde
 Maria Isabel Rebolho Rego: pedagoga, coordenadora pedagógica dos programas TRV, TMV e PMR
 Patricia Abuhab: bióloga, coordenadora educacional do programa Plástico, uma matéria reciclável.
 Renata Sanches: bióloga, coordenadora da Trilha Morumbi-Verde

Equipe Administrativa 1999

- Daniele Alves de Souza, Técnico de Secretariado, secretária geral
- Jocilene de Araujo Pereira, Magistério, telefonista
- Renilda S. Soares Viana, Magistério, assistente administrativa
- Patric Miessa, 2º grau completo, assistente de serviços gerais

Equipe de Monitores 1999

Camila Castanho Santana, bióloga, monitora da Trilha Radical Verde
 Cesar dos Santos Pegoraro, biólogo, monitor da Trilha Radical Verde
 Paulo Roberto I. Souza, biólogo, monitor da Trilha Radical Verde
 Rúbia Silva, bióloga, monitora da Trilha Radical Verde
 Priscila P. Marra, arte-educadora, monitora da Trilha Morumbi Verde
 Gleise M. Fernandes Alves, arte-educadora, monitora da Trilha Morumbi Verde

Equipe de Voluntários 1999

Alberto Claro Neto, engenheiro mecânico, Informática
 Anderson Alves Cordeiro Sabara, Economia e Direito, serviços gerais
 Célia Maria de Azevedo Mizinski, Secretariado, biblioteca
 Lourenço Theodoro Berendsen, Técnico de Informática
 Rogério Freitas, Técnico em fotografia, Fotógrafo de programas e eventos
 Sandra Flaksberg, Administração, Informática.

5 ELEMENTOS

Rua Caraibas, 1163 Perdizes - São Paulo / SP CEP 05020-000

Fone/Fax:(011) 3871-1944

Sítio: [www. 5elementos.org.br](http://www.5elementos.org.br)